

Carla Carvalho

Ulrich

ATA Nº121
01 DE ABRIL DE 2016

- Ao primeiro dia do mês de abril de dois mil e dezasseis na sede da Junta de Freguesia de S. Roque, reuniu a Assembleia de Freguesia, em sessão ordinária, com a seguinte ordem de trabalhos:-----
- Ponto Um – Votação da ata nº 120.-----
- Ponto Dois – Apreciação das Atividades da Junta de Freguesia (informação escrita) -----
- Ponto Três – Votação do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências no âmbito da Componente de Apoio à Família.-----
- Ponto Quatro – Apreciação do Inventário Patrimonial. -----
- Ponto Cinco – Apreciação e Votação da Conta de Gerência e PPI 2015.-----
- Aberta a reunião verificou-se estarem presentes os seguintes elementos:-----
- Junta de Freguesia: Bernardo Amaro Simões, Maria Isabel Correia da Costa, Maria Alice Ferreira dos Santos Pinho.-----
- Partido Socialista: André Filipe de Pinho Tavares, Teresa Daniela Xará, Carla Isabel Mota Carvalho, Cláudia Sofia Silva, Maria Isabel Santos Barbosa, Vítor Manuel Cardoso Andrade. -----
- Partido Social Democrata: Inês de Oliveira Santos Leite, João da Costa Santos, Mário Augusto da Rocha Pinto Magalhães.-----
- A Presidente da Assembleia deu início à assembleia abrindo o período de antes da ordem do dia. Este período começou com a leitura de uma comunicação proveniente do Gabinete de Planeamento, Gestão Urbanística e Ambiente do Município de Oliveira de Azeméis, com a data de 1 de abril de 2016, relativa ao início do procedimento de alteração do PDM13, acrescida da informação de que o período de participação preventiva ocorre entre 31 de Maio de 2016 e 28 de Abril de 2017.
- A Presidente da Assembleia pôs ainda à consideração dos presentes um Voto de Pesar e Condolências pelo falecimento de D^a Maria Madalena de Pinho Costa, mãe do membro da Assembleia de Freguesia, João Costa Santos. Este voto foi aprovado por unanimidade.
- Neste período de antes da ordem do dia solicitaram ainda do uso da palavra Cláudia Silva e Teresa Daniela Xará, da bancada do PS.-----
- Cláudia Silva, em nome da bancada do PS, propôs à apreciação da Assembleia o voto de protesto pelo encerramento do Banco Montepio, na Vila de São Roque. Fez a leitura do protesto, a ser enviado ao Presidente da Caixa Económica Montepio, José Félix Morgado, com base nas seguintes considerações:
- Tratava-se do único banco instalado numa vila com mais de 360 empresas, a maior parte delas (40%), ligada à Indústria do Calçado, em recuperação, outra parte (5%), na fileira dos Moldes, em expansão, e uma grande parte (30%), no desenvolvimento do Comércio e Serviços, com forte dinamização.

Carla Leal
Ulisses

- Este encerramento do serviço muito penaliza a vila sendo do desagrado de todos, pois o Banco Montepio obteve da Junta de Freguesia a melhor recepção, acolhimento e, especial colaboração.

- De acordo com o Plano Diretor Municipal, brevemente a Vila de São Roque começará a ser dotada de infraestruturas adequadas para a sua nova Zona Industrial.

- Assim sendo, foi solicitada a melhor atenção da Instituição referida, na pessoa do seu Presidente para as consequências que representa para a Vila de São Roque a inexistência de qualquer serviço bancário, mas também a perda para o Banco Montepio do potencial económico que representa São Roque.

- Foi ainda solicitada a ponderação da sua reabertura o mais urgentemente possível.

----- Este voto foi votado favoravelmente por unanimidade.

----- Teresa Daniela Xará propôs à atenção da Assembleia o voto de rejeição e repúdio dos prospetos anónimos espalhados pela freguesia, a coberto da noite, de conteúdo difamatório que remetiam caluniosamente para a Junta de Freguesia e nomeadamente para o seu Presidente, envolvendo igualmente outros munícipes. Alguns destes estiveram presentes de modo a cabalmente ser esclarecido todo e qualquer mal-entendido, sem margem para dúvidas.

----- Este voto foi aprovado com sete votos a favor e duas abstenções, de Inês de Oliveira Santos Leite e Mário Augusto da Rocha Magalhães, da bancada do PSD.

----- Passou-se de seguida aos assuntos constantes da ordem do dia.-----

----- No primeiro ponto da ordem de trabalhos procedeu-se à votação para aprovação da ata número 120. A ata foi aprovada com oito votos a favor e com uma abstenção, de Teresa Daniela Xará, por não ter estado presente.-----

----- No segundo ponto da ordem de trabalhos foram postas à apreciação dos membros da Assembleia as Atividades da Junta de Freguesia.-----

----- Mário Magalhães disse ser com alguma mágoa que verificava que os valores relativos aos correios não apresentavam evolução, questionando se não seria possível “fazer alguma coisa”. Amaro Simões, Presidente da Junta de Freguesia, afirmou acompanhar esta mágoa referindo que os correios se mantêm por estarem associados à Junta da Freguesia, sendo por si próprios deficitários e insustentáveis, até tendo em consideração as margens concedidas pelos correios. Enalteceu a dedicação da funcionária, lamentando a impossibilidade de o carácter deficitário deste serviço não permitir a correspondente justeza do ordenado. Realçou contudo o facto de a população se sentir satisfeita com a manutenção deste serviço lembrando que tal depende também de todos. Pondera-se uma reunião com a Administração para abordar a sustentabilidade deste serviço que não deve sobrecarregar financeiramente a freguesia para além da cedência de instalações.

Mário Magalhães afirmou a certeza de que todos defendem a manutenção deste serviço insistindo numa estratégia de sensibilização da população. Relativamente ao fecho do balcão do Montepio lembrou que, a não ter havido uma adesão significativa dos comerciantes, tal facto poderá ter estado na origem do fecho do balcão.

----- No ponto três da ordem de trabalhos procedeu-se à Aprovação e Votação do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências no âmbito da Componente de Apoio à Família. Neste ponto foram fornecidas algumas explicações por Amaro Simões que informou os presentes do compromisso assumido pela Câmara Municipal

de neste ano, independentemente dos valores contratualizados no protocolo, manter a comparticipação como acontecia em anos anteriores. Foi aprovado por unanimidade.

----- No quarto ponto da ordem de trabalhos, foi realizada a apreciação do Inventário Patrimonial. Amaro Simões fez alguns esclarecimentos sobre o mesmo não havendo nada de relevante a assinalar.----- No ponto cinco da ordem de trabalhos fez-se a apreciação e foi posta à votação a Conta de Gerência e PPI 2015. Foram feitas algumas considerações e os presentes constataram e felicitaram o executivo da freguesia pela saúde financeira da mesma. Amaro Simões referiu que tinha sido feita uma gestão de prudência até para salvaguardar situações que poderiam originar gastos não previstos.-----

----- A Conta de Gerência e PPI 2015 foram aprovados por unanimidade. -----

----- A Presidente da Assembleia deu então a palavra ao público presente. Contudo, começaram por colocar algumas questões, Mário Magalhães e Inês Santos Leite, membros da Assembleia.

Mário Magalhães questionou o presidente da Junta de Freguesia sobre eventuais desenvolvimentos relacionados com a tão desejada Zona Industrial de São Roque, sobre o saneamento da freguesia e sua ligação à rede pública e questionou ainda sobre a colocação de postes dispersos pela freguesia e cabos entre eles, no que lhe tinham dito ser obra da operadora de telecomunicações NOS. Mário Magalhães questionou da devida autorização chamando a atenção para a sua caótica e visualmente desagradável implantação para além de questionar as questões de segurança. -----

----- Amaro Simões informou que não havia desenvolvimentos relativamente à Zona Industrial. A Junta adquiriu uma parcela de terreno nesta futura zona industrial, que, a efetivar-se, constituirá uma mais-valia para a freguesia. Caso não se concretize, servirá de estaleiro para a Junta, uma valência, também, necessária. Relativamente ao saneamento acredita haver boas notícias. Está a ser implementada uma ligação até à Avenida São Pedro de Vila Chã, a ligar por estação elevatória até ao coletor do Merouço. Quanto aos postes abusivos da NOS, referido por Mário Magalhães, afirmou que a Junta de Freguesia não tinha sido ouvida para a sua autorização, sendo que a colocação dos postes em terrenos particulares tinha de ser negociada com os respetivos proprietários.

----- Inês Santos Leite afirmou que tinha pensado questionar sobre os panfletos anónimos que tinham sido espalhados pela freguesia, tendo já, no período antes da ordem do dia ouvido alguma explicação sobre o assunto. Reconheceu que embora o nome do presidente da Junta não estivesse no panfleto, quem o lesse associava com facilidade o seu nome ao nome lá escrito. Considerou que só fazia sentido o assunto ser tratado na Assembleia se dissesse respeito ao Presidente da Junta de Freguesia e não ao cidadão Amaro Simões.

----- Amaro Simões tomou da palavra para fornecer alguns esclarecimentos, tendo referido que Teresa Daniela Xará tinha partilhado consigo os acontecimentos associados aos conteúdos panfletários e anónimos pelo que podia corroborar as suas palavras.

Carla Baralho
W. Baralho

----- Amaro Simões e Teresa Daniela Xará relataram uma série de acontecimentos que estavam na base de calúnias levantadas, e que se prendiam com querelas familiares a que Amaro Simões era alheio com origem há mais de vinte anos. Informaram que o referido “bom lote de terreno”, a sul do Parque da Freguesia, mencionado no panfleto era na realidade propriedade particular do Sr. Carlos Manuel da Costa Oliveira. Fora cedido / emprestado à Junta de Freguesia para estaleiro durante as obras do Parque Intergeracional. Acabadas as obras e feita a limpeza como acordado, a Junta de Freguesia deixou-o ao cuidado do seu legítimo proprietário. Eram da responsabilidade deste as obras de contenção e regularização da linha de água, consolidando os limites da sua propriedade e da Freguesia. A Freguesia não foi, de modo nenhum, prejudicada por estas obras de melhoria e requalificação do espaço. O proprietário cedera à Freguesia o terreno necessário para a implantação da Rua Eça de Queirós, de acesso ao Parque da Freguesia e, eventual futura saída à Avenida São Pedro de Vila Chã. Nem o Presidente da Junta nem a Junta de Freguesia (1994 /1998) haviam recebido qualquer verba para o desembargo da reconstrução da habitação do Sr. Luís Gonçalves, na Rua dos Meirais. Os pagamentos de multas à Câmara Municipal por alterações do projeto (ou outros pagamentos) não foram do conhecimento (nem tinham que ser) da Junta de Freguesia. “Por este grave mau entendido”, o Sr. Fernando Gonçalves, pai de Luís Gonçalves, apresentou justificação e desculpas na Junta de Freguesia. Uma maldosa referência à compra de terreno de âmbito particular, também mencionado no referido panfleto não tinha ali cabimento e não merecia quaisquer comentários. -----

----- Carlos Manuel da Costa Oliveira, usou da palavra para referir que estava presente para repor a verdade dos factos, declarando que o falado terreno era sua propriedade e herança familiar que já vinha do tempo dos seus bisavós. Já tinha havido uma proposta da Junta para a sua aquisição mas nunca fora sua intenção vendê-lo, sendo que pretendia mantê-lo na família. A Junta, por necessidade de um terreno para estaleiros durante as obras do Parque, solicitou o seu empréstimo, o que fez, nunca tendo havido qualquer troca de dinheiros. A haver algum prejuízo era seu, até pelo saneamento que cai no seu terreno 24 horas por dia. Presentemente já tem um projeto para implantação no terreno.

----- José Manuel Oliveira Costa Santos deu os parabéns aos membros da Assembleia. Contudo, revelou a sua tristeza por o voto de rejeição e repúdio não ter sido aprovado por unanimidade. Manifestou a sua solidariedade e admiração por quem assume funções de representação das populações. Manifestou-se despontado com as duas abstenções, reforçando a sua ideia da importância da unanimidade da votação favorável do voto rejeição proposto.

----- Valdemar Xará, representante da Associação Columbófila, manifestou o seu desagrado por ter de se deslocar a terras vizinhas para tratar de questões financeiras devido ao fecho do balcão do Montepio na freguesia. Manifestou ainda a sua solidariedade a Amaro Simões na questão referente às insinuações anónimas assim como apreço pela atitude de Carlos Manuel da Costa Oliveira, dono do já mencionado terreno.

----- Inês Santos Leite declarou que teria votado diferentemente após o esclarecimento. Posta à consideração de Inês Santos Leite e de Mário Magalhães a possibilidade de após os esclarecimentos devidos poderem mudar o seu sentido de voto, estes resolveram manter a atitude de abstenção, tendo contudo declarado a sua solidariedade e compreensão.

----- José Manuel Tavares questionou para quando estava prevista a pintura no passeio da rua do Campo de Futebol e se havia alguma resposta da Câmara respeitante ao motivo de a iluminação na estrada que conduz ao Pólo Universitário de Aveiro, só ter sido colocada no sentido de Oliveira para o Pólo Universitário, terminando aí, ao invés de ter sido alargada até ao lugar da Toca, em São Roque.

--- Foi dada a palavra ao presidente da Junta de Freguesia para responder. Amaro Simões manifestou-se compreensivo e solidário com as afirmações de José Manuel Tavares, propondo-se insistir na iluminação de todo o arruamento. -----

----- Inês Santos Leite voltou a referir a condição da denominada Ponte dos Moínhos e o seu estado de degradação. Referiu também o pequeno pedaço da Rua da Gandra a necessitar de intervenção.

----- Amaro Simões lembrou que a Ponte dos Moínhos é pertença de dois municípios, sendo que a degradação é maior do lado de São João da Madeira e que é necessário acordar uma intervenção conjunta entre as duas Câmaras.-----

----- Nada mais havendo a tratar nesta reunião, a Presidente da mesa deu-a por encerrada, dela sendo elaborada a presente ata que irá ser posta à votação.-----

----- Presidente Carla Isabel Rote de Carvalho

----- Primeira Secretária Tenz Inês dos Reis

----- Segundo Secretário _____